Em um momento de aumento dos riscos climáticos e de transformação das formas de financiamento no campo, lideranças do setor público e privado defenderam, nesta terça-feira (8), uma mudança estrutural no modelo de proteção ao agronegócio brasileiro. O debate ocorreu durante o seminário “Diálogo Setorial: Seguros, Crédito e Agronegócio – Proteção rural e novos instrumentos de financiamento”, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), em parceria com a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Logo na abertura, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, deu o tom do encontro ao afirmar que o Brasil ainda trata o risco agrícola de forma equivocada, priorizando o crédito em detrimento do seguro. “O produtor perde uma safra e a solução é renegociar as dívidas”, criticou. Ele alertou que esse modelo encarece o crédito e perpetua o endividamento no campo. “No fim do dia, o produtor paga o custo do crédito, da inadimplência e o custo climático”, disse.

Dyogo também destacou o contraste entre o volume de recursos destinados ao Plano Safra e ao seguro rural. “Para economizar algumas centenas de milhões no seguro, o governo acaba gastando dezenas de bilhões em renegociações”, afirmou, classificando a lógica como uma “miopia” da política pública. Ele lembrou ainda que a área segurada no campo caiu drasticamente nos últimos anos, evidenciando a urgência de mudança.

Um agro diferente exige soluções novas

O presidente da ABAG, Ingo Plöger, chamou atenção para as especificidades do agronegócio brasileiro, que opera em uma lógica distinta das economias do hemisfério norte. “Aqui, uma safra empurra a outra. É uma dinâmica intensa, praticamente em ‘just in time’”, explicou.

Segundo ele, essa característica torna o setor mais sensível a choques logísticos e climáticos, exigindo soluções próprias. “Precisamos de legislações que atendam a essa economia tropical”, afirmou.

Já o presidente da Acrefi, Tadeu Silva, destacou a mudança no perfil do financiamento do agro. “O funding está mudando. Ganham espaço os instrumentos de mercado de capitais e operações privadas”, disse. Ele alertou, no entanto, que sem seguro adequado, o sistema financeiro permanece vulnerável. “O risco não desaparece quando o seguro recua, ele apenas se redistribui.”

Ainda na abertura institucional, o diretor administrativo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Elinton Honorato, destacou a relevância estratégica do tema para o desenvolvimento nacional. Representando o presidente da entidade, ele enfatizou a convergência entre a pauta do seminário e os interesses dos municípios brasileiros. “Os temas tratados aqui são de extrema relevância e convergem com a luta da CNM pelos municípios”, afirmou, colocando a entidade à disposição para fortalecer a agenda do setor.

Seguro como pilar estratégico

A senadora Tereza Cristina, uma das principais vozes do agronegócio no Congresso, reforçou a necessidade de colocar o seguro rural no centro da política agrícola. “O seguro é hoje o principal pilar. Se resolvermos o seguro, começamos a resolver o crédito”, afirmou.

Ela criticou a dependência anual do Plano Safra e defendeu uma reformulação mais ampla. “A agricultura brasileira não pode ficar presa a uma discussão pontual todos os anos”, disse. Para a senadora, o país precisa de um modelo mais moderno e previsível, capaz de dar segurança ao produtor diante de uma atividade “a céu aberto” e cada vez mais exposta a eventos extremos.

Tereza Cristina também defendeu a criação de mecanismos estruturais, como fundos de catástrofe e novos modelos de resseguro. “O custo do seguro rural é muito pequeno diante do benefício que traz para o país”, destacou.

Novos instrumentos e inovação

No primeiro painel, mediado por Renato Buranello, vice-presidente da ABAG, especialistas discutiram alternativas para diversificar o financiamento do setor. A executiva de relacionamento com os clientes da B3, Fabiana Perobelli, destacou a necessidade de ampliar instrumentos e reforçar a gestão de riscos. “O agro precisa de uma nova avenida de financiamento”, afirmou.

Representando o IRB Re, o diretor de Novos Negócios, João Rabelo, destacou experiências internacionais, como o modelo espanhol, em que o Estado atua como ressegurador parcial, absorvendo parte dos riscos mais severos. “Isso permite uma precificação mais equilibrada e reduz o custo para quem está na ponta”, afirmou, defendendo maior integração entre setor público e mercado para viabilizar um sistema mais robusto no país.

Para Octaciano Neto, sócio da Zera.Ag, o setor vive uma transição. “Hoje, grande parte do financiamento já vem fora do Plano Safra”, afirmou, destacando a crescente participação de investidores privados.

Agenda legislativa e desafios

Em sua participação, o deputado Pedro Lupion (Republicanos/PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, destacou a urgência de modernizar a legislação. “Precisamos de um seguro condizente com a produção brasileira”, afirmou. Segundo ele, o alto custo do crédito e a insegurança jurídica têm dificultado investimentos no campo.

O parlamentar também chamou atenção para os impactos geopolíticos e logísticos sobre o setor. “A guerra não chegou com bombas, mas afetou profundamente o custo de produção”, disse.

Destravando o seguro rural

No segundo painel, o foco foi a inovação no seguro rural. O diretor de Tecnologia da BB Seguros, Bruno Alves, destacou o uso de dados e tecnologia para melhorar a precificação e ampliar a cobertura. “Hoje conseguimos ser muito mais precisos na avaliação de risco”, disse.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos, foi direto: “O seguro é uma questão de Estado, não de governo”. Ele defendeu mudanças estruturais e maior protagonismo público para viabilizar o sistema. “Se não houver essa mudança, continuaremos correndo atrás de renegociações todos os anos.”

Também participaram do debate João José Prieto Flávio, gerente do Sistema OCB, e o head de Pesquisa e Conhecimento da Meridiana, Fábio Guerra, que ressaltaram a necessidade de visão de longo prazo e integração entre os diversos agentes do mercado.

A mediação ficou a cargo do presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação de Seguros Gerais (FenSeg0, Gláucio Nogueira Toyama, que sintetizou o consenso do evento: “O seguro agrícola é fundamental e precisa ser tratado como parte de um ecossistema mais amplo”.

Convergência e próximos passos

Ao longo do evento, houve convergência entre representantes do governo, mercado e Congresso: o modelo atual não é mais suficiente. A combinação entre crédito, seguro e inovação aparece como caminho para garantir sustentabilidade ao agronegócio.

Mais do que um diagnóstico, o seminário evidenciou uma agenda comum: transformar o seguro

rural de instrumento complementar em eixo estruturante da política agrícola brasileira.

Fonte: CNseg, em 09.04.2026.